

[Página inicial](#)[Manchete](#)[Cidades](#)[Política](#)[Economia](#)[Polícia](#)[Geral](#)[Saúde](#)[Eleições 2026](#)[Política](#)[Esportes](#)[Campo Grand...](#)[Saúde](#)[Ca](#)

TCE-MS apresenta experiência de apoio aos municípios para fortalecer políticas de primeira infância

Encontro nacional em Goiânia reuniu representantes dos Tribunais de Contas para discutir planejamento, orçamento e ações voltadas às crianças de zero a seis anos

28/08/2026 às 21h38

Por: Redação

Compartilhe:



Ouçã: municípios para fortalecer políticas de primeira infância

1.0x



Imagem: Reprodução

O **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS)** apresentou, nesta sexta-feira (28), durante o **III Encontro Nacional de Primeira Infância (ENAPI)**, em Goiânia (GO), a experiência desenvolvida pelo órgão para apoiar os municípios na criação e no fortalecimento de políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos.

O conselheiro substituto **Célio Lima de Oliveira**, coordenador-geral do Comitê da Primeira Infância do TCE-MS, participou da mesa **“Como os tribunais de contas podem contribuir com os municípios na garantia dos direitos das crianças”**.

Durante a apresentação, ele mostrou ações desenvolvidas pelo Tribunal para auxiliar as administrações municipais na elaboração de planos, na criação de comitês e na inclusão da primeira infância nos instrumentos de planejamento e orçamento público.

O III ENAPI é realizado pelo **Instituto Rui Barbosa (IRB)**, por meio do Comitê Técnico da Primeira Infância (CTPI), em parceria com a **Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)**, o **Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)**, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** e o **Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO)**.

O encontro começou no dia 26 e terminou nesta sexta-feira, no Teatro Rio Vermelho, com debates sobre estratégias e políticas públicas destinadas à primeira infância.

TCE-MS amplia atuação junto aos municípios

Na apresentação, Célio Lima destacou que a atuação do TCE-MS busca ir além da fiscalização tradicional, incorporando uma perspectiva de **orientação e apoio técnico**

para que os municípios desenvolvam políticas públicas permanentes para a primeira infância.

Entre as estratégias estão o apoio à elaboração dos **Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI)**, o fortalecimento dos Comitês da Primeira Infância e a inclusão das ações nos instrumentos oficiais de planejamento e orçamento.

Outra iniciativa prevista pelo Comitê da Primeira Infância do TCE-MS para 2027 é a realização de **Seminários Regionais** em municípios-polo. A proposta é facilitar a troca de experiências entre gestores e equipes municipais sobre todas as etapas das políticas públicas, desde o planejamento até a execução.

Maracaju apresenta experiência considerada referência

Durante o encontro, **Maracaju** foi apresentado como exemplo de como a atuação orientativa do TCE-MS pode resultar em ações concretas no município.

O processo começou em 2023, com a participação do município no primeiro seminário do programa desenvolvido pelo Tribunal.

Em 2024, Maracaju elaborou e aprovou, de forma participativa, o **Plano Municipal pela Primeira Infância**, instituído pela Lei nº 2.187/2024, com vigência de 2025 a 2035.

No ano seguinte, em 2025, foram implementados o **Comitê Permanente Intersetorial de Monitoramento e Avaliação** e o acompanhamento das ações previstas no plano.

A apresentação foi realizada pela secretária municipal de Administração, **Paula de Souza Kuendig Brites**.

O plano de Maracaju está dividido em quatro eixos: **desenvolvimento integral e saúde; educação infantil de qualidade; proteção e garantia de direitos; e criança, cultura, espaço e cidade**.

Ao todo, são previstas **154 ações** para o período. No ciclo apresentado durante o encontro, 65 ações foram monitoradas e 42 estavam em execução.

Primeira infância entra no planejamento financeiro

Outro ponto destacado foi a inclusão das políticas para a primeira infância no orçamento municipal.

Maracaju prevê **R\$ 97,6 milhões entre 2026 e 2029** para o programa **“Maracaju pela Primeira Infância”**. Os recursos estão incorporados aos principais instrumentos de planejamento da administração pública, incluindo **PPA, LDO e LOA**.

A experiência demonstra como as políticas destinadas às crianças podem deixar de ser ações isoladas e passar a fazer parte do planejamento permanente dos municípios, com previsão de recursos, metas, acompanhamento e avaliação.

Planejamento desde os primeiros anos

A experiência apresentada pelo TCE-MS reforça a proposta de utilização do controle externo também como instrumento de indução e orientação de políticas públicas.

A ideia é contribuir para que os municípios planejem ações voltadas à primeira infância, garantam recursos para sua execução e criem mecanismos permanentes de acompanhamento dos resultados.

A mensagem que encerrou a apresentação de Maracaju sintetizou essa proposta: **“Cuidar desde cedo, para cuidar sempre”**.

Com a participação no ENAPI, o TCE-MS compartilhou a experiência de Mato Grosso do Sul com representantes de outras instituições de controle e gestores públicos, ampliando o debate sobre como os Tribunais de Contas podem contribuir para colocar as crianças no centro das políticas públicas.

* O conteúdo de cada comentário é de responsabilidade de quem realizá-lo. Nos reservamos ao direito de reprovar ou eliminar comentários em desacordo com o propósito do site ou que contenham palavras ofensivas.

Digite aqui seu comentário

500 caracteres restantes.

Comentar

Geral

Há 1 hora

• Em Geral



Mega-Sena sorteia prêmio acumulado de R\$ 30 milhões neste domingo

Apostas podem ser feitas até às 22h de sábado